

OS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR-PRAI
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTHROPOLOGIA
CURSO: BACHARELADO EM HISTÓRIA

UMA INDÚSTRIA TÊXTIL EM AREIA - Pb.

EDILENE DE ALMEIDA CARDOSO VÉLIX

CAMPINA GRANDE-Pb.

1 9 8 6

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR-PRAI
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
CURSO: BACHARELADO EM HISTÓRIA

UMA INDÚSTRIA TÊXTIL EM AREIA - Pb.

EDILENE DE ALMEIDA CARDOSO FÉLIX

Monografia apresentada a Banca Examinadora, composta pelos professores Marly de Almeida Gomes (orientadora), Martha Lúcia Ribeiro Araújo e Lúcia Guerra (membros) indicados pela comissão coordenadora de trabalhos monográficos do Curso de História.

CAMPINA GRANDE-Pb-

1 9 8 6



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

Ao meu esposo José Felix,
a minha filha Taísa, dedico
co este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, irmãos, sogra e sogro, que me apoiaram nos momentos em que eu precisava de ajuda;

A Marly Vianna, orientadora deste trabalho, pelo apoio e confiança que depositou em mim e que me acompanhou durante todo o desenvolvimento da pesquisa;

Aos professores Josefa Gomes de Almeida e Josemir Camilo, que me orientaram para melhor esclarecimento das minhas dúvidas;

Ao Senhor José Alves de Lima, mestre Vicente e os moradores da Vila Operária, que foram os maiores contribuidores deste trabalho;

Aos meus colegas de História, que me acompanharam nestes quatro anos de estudo;

A Maelson, colega de curso, pela importante ajuda que deu para datilografar este trabalho;

Ao meu marido José Felix, pelo incentivo e apoio dado durante o curso e principalmente na realização desta pesquisa.

S U M Á R I O

Pgs.:

Introdução

Capítulo I

Algumas Notas sobre Areia

01

Capítulo II

Aspectos da Industrialização no Brasil

12

Capítulo III

Uma Indústria Têxtil em Areia

22

Conclusão

Bibliografia

INTRODUÇÃO

O estudo que ora apresentamos sobre uma indústria têxtil em Areia, busca fazer uma análise do processo de evolução da cidade, (abordando aspectos históricos, físicos e econômicos) procurando mostrar numa visão conjunta de sua formação, o início da industrialização, através de processos básicos que a definem como uma cidade em desenvolvimento.

Areia sempre se caracterizou pelo sistema de monocultura, centro das mais diversas experiências do algodão, da cana, do café, do agave e da pecuária, que surgiu justamente em junção das oportunidades de preço e mercado desses produtos.

Escolhi o tema deste trabalho, por ser para mim de grande interesse, por querer me aprofundar no desenvolvimento de Areia no século XIX e XX.

A fábrica em Areia, durante muitos anos foi o centro comercial da cidade, tornando-se conhecida nacionalmente. Achei necessário fazer um apanhado sobre sua origem até a sua falência, pois não existe quase nada sobre a mesma, a não ser alguns dados conseguidos pelo ex-empregado José Alves de Lima e a documentação do seu processo de falência no Cartório da cidade.

O trabalho foi feito através de entrevistas com operários da fábrica, ficando difícil a coleta de dados.

Várias questões são levantadas:

- Por que a decadência do comércio areiense? Seria por causa da estrada de ferro ou devido as culturas que sempre eram substituídas, levando a cidade a uma instabilidade sem rumo;

- Por que uma fábrica no interior paraibano?

- Sua falência foi devido o que? Será que foi devido às greves, ou má administração ou as dívidas que não puderam pagar aos bancos credores? (Ver anexo no final do trabalho).

Tentarei responder a estas hipóteses no andamento da

pesquisa pretendendo chegar a uma conclusão final. Para isso trabalhei em leituras, entrevistas e pesquisa em cartório.

O trabalho apresentado compõem-se de três capítulos .

O primeiro capítulo trata da cidade de Areia, mostrando num todo os seus aspectos gerais, principalmente econômicos. Por ser a cana sua mais forte cultura, nunca sendo totalmente abandonada, Areia viveu momentos difíceis na sua evolução econômica, à procura de soluções na substituição de um produto por outro, sempre preocupada com o que vai ou não vai dar certo.

O segundo capítulo aborda a industrialização no Brasil, enfocando a indústria nordestina, incluindo em particular a de Areia.

O terceiro capítulo mostra todo o processo da fábrica e seu surgimento até a sua falência total.

São esses capítulos o corpo do meu trabalho e que pretendo desenvolver posteriormente.

CAPÍTULO I. ALGUMAS NOTAS SOBRE AREIA

Ocupando uma área de 239 Km², Areia está situada na encosta oriental da Borborema. Limita-se com os municípios de Remígio, Arara, Serraria, Pilões, Alagoa Grande, Alagoa Nova e Alagoinha.

Fica a 624 metros acima do nível do mar, sendo um dos pontos mais altos do Estado.

O território municipal apresenta-se acidentado, com figurando-se o relevo repleto de vales, encostas e morros escarpados.

A rede hidrográfica é formada por inúmeros cursos de água, todos perenes.

Seu clima é ameno, tornando-se úmido no inverno.

Em meados do século XVII, o território do atual município de Areia era conhecido pela denominação de Sertão dos Bruxaxás nome dos Índios que primitivamente habitavam a região.

Por essa época, no local onde hoje se ergue a cidade, um português de nome Pedro construiu um albergue à margem do cruzamento de estradas, com a finalidade de hospedar viajantes procedentes do alto sertão paraibano ou de Pernambuco e, que demandavam para Mamanguape ou Paraíba. O colono pela amizade que fez com os nativos, recebeu apelido de Bruxaxá.

O sítio, que mais tarde chamou-se Areia, tinha apenas um curral à margem da estrada para recolhimento do gado que vinha do sertão, com destino aos mercados do litoral. E foi através desse curral, que o povoado começou a nascer. O aparecimento de tropeiros e viajantes pelo local atraiu habitantes, formando-se, em pouco tempo, uma povoação que passou a chamar-se Brejo de Areia, por correr nas imediações o riacho de nome Areia.

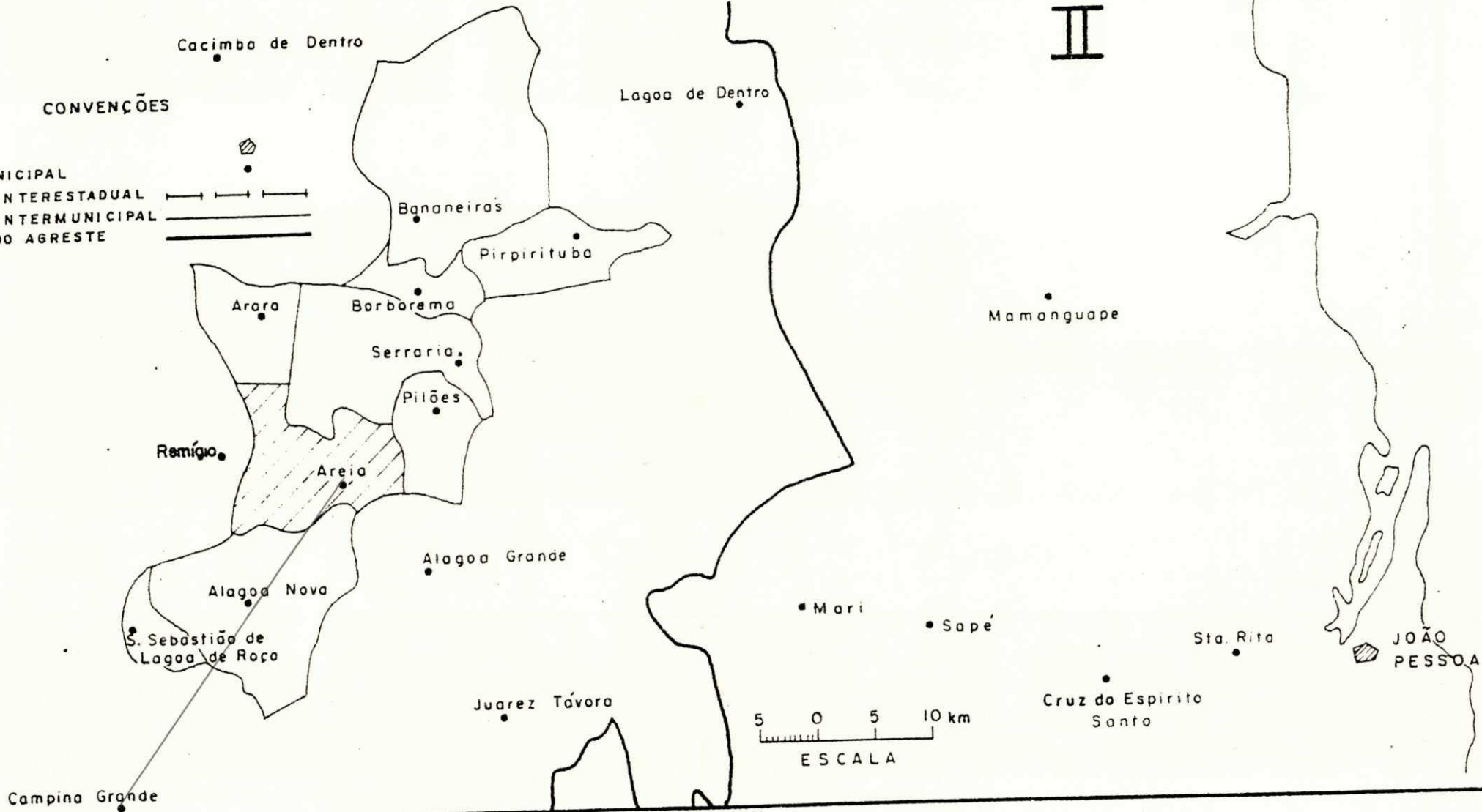
Não existe nada sobre os primeiros colonizadores do

LIMITES DO MUNICÍPIO DE AREIA

II

CONVENÇÕES

- LIMITE MUNICIPAL
- ▨ LIMITE INTERMUNICIPAL
- LIMITE INTERESTADUAL
- LIMITE INTERMUNICIPAL E DO AGRESTE



ESTADO DA PARAÍBA
LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DO BREJO PARAIBANO

I



ESCALA
0 5 10 15 20 KM

- 89-Catalé do Rocha
- 90-Seridó Paraibano
- 91-Curimatáu
- 92-Piemonte da Borborema
- 93-Litoral Paraibano
- 94-Sertão de Cajazeiras
- 95-Depressão da Alta Piranhas
- 96-Cariris Velhos
- 97-Agreste da Borborema
- 98-Brejo Paraibano
- 99-Agropastoril do Baixo Paraíba
- 100-Serra do Teixeira

território de Areia. Tudo indica que não houve um chefe de clã e sim muitos moradores, que se situaram no Brejo e que vinham de Mamanguape e de Goiana. (1)

O município surgiu ao ser separado do de Monte-Mor (atual Mamanguape) em 18 de maio de 1815.

Pela Lei Provincial nº 2 de 18 de maio de 1846, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Areia, nome que passou a designar também o município. Pela Lei Estadual nº 1667, de 14 de março de 1957, Areia perdeu o distrito de Remígio, que foi elevado à categoria de município, figurando na divisão territorial em vigor com um só distrito, o da sede.

Judiciariamente, Areia é sede de comarca, criada pela Lei nº 27 de 6 de julho de 1864, abrangendo também o município de Remígio.

A população local participou das revoluções de 1817 e 1848, e prestou a maior contribuição à Confederação do Equador; partiram de Areia, que foi sede temporária da Província, as tropas do sargento-mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, que combateram as forças legais em Itabaiana. A esta coluna incorporaram-se remanescentes denodados batalhões de Pais de Carvalho, marchando os revoltosos até o Ceará, onde foram aniquilados.

Em fevereiro de 1849, travou-se em Areia o último combate da Revolução Praieira, iniciada um ano antes, em Pernambuco. Os rebeldes, depois do ataque ao Recife, invadiram a Paraíba e refugiaram-se em Areia, onde contavam com o auxílio do Juiz Municipal Maximiano Lopes Machado e do Coronel Joaquim dos Santos Leal.

(1) ALMEIDA, Horácio de. Brejo de Areia. Memórias de um Município. Rio de Janeiro, Serv. de Doc. do Ministério da Educação e Cultura, 1958, p. 11.

A campanha abolicionista foi ali das mais intensas, destacando a Mocidade Emancipadora Areiense, à frente da qual se encontrava Manuel da Silva e libertou seus escravos no dia 3 maio de 1888.

Do ponto de vista econômico, Areia apresenta um quadro bastante significativo, no que diz respeito à produção agrícola, que sempre se caracterizou pelo sistema de monocultura.

Sua economia sempre foi instável, à procura de soluções na substituição de um produto por outro em cuja ordem se sucedem: algodão, cana, café e agave.

"... a do algodão, do início do século XIX até os meados do mesmo século, sucedendo-lhe a da cana-de-açúcar até os primórdios do século XX; a do café que chega até 1922 e a do agave que vai de 1940 à 1960, aproximadamente..."⁽²⁾

Entre cada uma destas produções, havia sempre um período de crise, de decadência, que muitas vezes se prolongava por muito tempo, levando a população a uma situação difícil. Mesmo assim, a cana-de-açúcar tem sido uma cultura que nunca foi totalmente abandonada. Além de ser uma cultura tradicional do Brejo, sempre conseguiu se erguer depois de uma queda; mesmo com as outras culturas substituindo-a, ela nunca desapareceu por completo.

Havia também as culturas de subsistência, onde se faziam presentes: o milho, o feijão, a mandioca.

A riqueza dos areienses no início do século XIX foi o algodão. Essa cultura tornou-se a base da vida econômica de toda a região do Brejo, da mesma forma que a pecuária se sobressaía como a principal fonte de riqueza do sertão. Mas,

(2) SÁ, Maria Braga de. Os Engenhos Rapadureiros e a Expansão da Agroindústria Açucareira no Município de Areia, Microrregião do Brejo Paraibano. Recife. 1980. p. 69.

já em meados do século, o algodão foi perdendo terreno para a cana-de-açúcar, que passou daí por diante, a ocupar lugar de destaque na produção agrícola.

O algodão era uma cultura mais compensadora que o açúcar, no que diz respeito aos gastos monetários, que eram poucos e a exigência de um contingente menor de mão-de-obra.

Nos meados do século XIX, já existiam bolandeiras na Paraíba.

Campina Grande, em 1840, já possuía grandes plantadores de algodão, muitas bolandeiras e algumas indicações vagas de máquinas. A partir de 1860, já possui grandes máquinas,⁽³⁾ enquanto que as máquinas de serra para o algodão de fibra curta (herbáceo) só aparecem em Areia na época da Guerra de Secessão norte-americana. E o primeiro maquinismo de descaroçar algodão apareceu em 1867, pertencente ao Major Joaquim Gomes.⁽⁴⁾

Não se tem certeza das causas que contribuíram para a decadência do algodão em Areia. Várias hipóteses são levantadas:

- Os inconvenientes das chuvas, da friagem e também das pragas;
- queda do preço no final da década de 1860, com o fim da guerra de Secessão.

Mas Campina Grande, mesmo depois da Guerra, continuou a produzir o algodão, obtendo resultados positivos.

Segundo a opinião da Professora Josefa Gomes, Campi

(3) VIANNA, Marly de Almeida. O processo de distribuição de terras em Campina Grande. 1850-1905. Dissertação de Mestrado. Mimeografado. Campina Grande, 1985

(4) ALMEIDA, Horácio de. op. cit. p. 148

na Grande continuou produzindo o algodão, com a finalidade de incentivar o mercado interno, exportando fios para as praças do Recife e do Sudeste.

Pouco a pouco, a cana-de-açúcar foi tomando o lugar do algodão, na zona do Brejo.

Em relação aos preços do algodão - no final da década de 1860, o quilo do algodão pluma custava 14\$200, enquanto que em 1891, está com um preço bem inferior, custando o quilo 3\$000. (5)

No começo, os engenhos fabricavam somente açúcar, mas como a rapadura era mais vendável e menos demorada de fazer, os senhores de engenho preferiram esse tipo de produção na indústria de transformação da cana-de-açúcar.

A única espécie de cana cultivada era a caiana, mas por volta de 1884, apareceu a gomose (moléstia). E os engenhos caíram e, quando tentavam plantar de novo, era atacada pela doença e, quando moída, a rapadura não prestava. (6)

Os agricultores, preocupados com a situação pensavam na adoção da cultura do café, mas ficavam com medo, já que a cultura vinha sendo plantada desde muitos anos, sem obter bons resultados. E não queriam abandonar por completo a monocultura da cana. Tentaram então, mudar da cana caiana para a crioula, tendo resultados positivos.

O primeiro engenho a vapor no município, foi montado em 1888, tendo como dono, o Coronel Manuel Gomes da Cunha Melo. Mas, muitos outros engenhos continuaram movidos a tração animal. Vieram depois as caldeiras de fogo central, que davam produção de vinte cargas de rapadura por dia. (7)

(5) VIANNA, Marly de Almeida. op. cit

(6) ALMEIDA, Horácio de. op. cit. p. 151

(7) Id. Ibid. p. 152

A rapadura no final do século XIX foi perdendo cotação no mercado, devido aos impostos, que se tornavam cada vez mais elevados, e também à falta de mão-de-obra que migrava para outras regiões do país em busca de melhores salários, afetando mais uma vez a economia do Brejo.

Por sua vez, o sertanejo escasseia com seus cambaios para as compras que costumava fazer no Brejo. Já não se precisava buscar tão longe um produto que a própria zona consumidora entrava a produzir em escala crescente. Agravando essa situação, a Assembléia da Paraíba, no orçamento de 1894, tributou a rapadura com o imposto de dois mil réis por carga que saísse do Estado.⁽⁸⁾ O resultado desse imposto de barreira foi a perda do mercado do Rio Grande do Norte, que era o mais forte de todos os consumidores. O sertanejo rio-grandense passou a abastecer-se nos Cariris Novos, com evidente prejuízo para a lavoura canavieira do Brejo.

A cana-de-açúcar, que fora uma cultura de nobreza, desmoralizava-se de ano para ano. E já no início do século XX, a situação do município se agravava cada vez mais, não só pela falta de braços para a lavoura, como também pela estagnação do produto no mercado.

"A partir de 1900, à medida que as estradas de ferro fecham o cerco em torno de Areia, acentua-se a crise na economia canavieira. O trecho ferroviário da capital a Guarabira, inaugurado de 1884, prossegue em demanda do Rio Grande do Norte. Mulungu liga-se a Alagoa Grande em 1901, Itabaiana a Campina Grande em 1907, Guarabira a Borborema em 1913. Estava Areia, por esta forma, apertada num cinturão de ferro, que lhe tirava as forças de sobrevivência".⁽⁹⁾

"Surgiu uma polêmica, e nesta José Américo entrou de fato, até como relator de um projeto. Tratava-se de prolongar os trilhos pelo sertão adentro. De onde partiria a estrada ?

(8) ALMEIDA, Horácio de. op. cit. p. 153

(9) Id. Ibid. p. 154

De Campina Grande ou de Alagoa Grande? José Américo, talvez por ser areiense, defendeu o traçado de Alagoa Grande, pois privilegiaria sua terra. O mal da fronteira já estava feito. Campina tinha se tornado uma cidade pernambucana. Urgia evitar que o sertão também caísse nesta dependência, daí sua idéia de a estrada central ferroviária ir para Cajazeiras, por cima, pelo Brejo e não mais partindo de Campina". (10)

Até certo ponto, José Américo estava certo em querer defender a sua terra, pois temia que a estrada de ferro partindo de Alagoa Grande e passando por Campina Grande para o sertão, fizesse com que Areia perdesse seu comércio com o Recife. Campina Grande tinha se transformado, segundo alguns autores, uma "cidade pernambucana", e tornava-se necessário evitar que ela também roubasse a estrada central ferroviária que ia para o Sertão. José Américo, com seus interesses voltados para o Brejo, não queria que o sertão ficasse dependendo do comércio de Campina Grande.

"O apoio epitacista deu êxito ao plano de José Américo, mas ao contrário. A estrada partiria do Ceará via Cajazeiras, viria do sertão ao Brejo. Aí então, permaneceria uma dúvida: sairia o produto cearense para o porto da Paraíba ou sairia o paraibano para Fortaleza?" (11)

Esta dúvida ficou sem resposta e nada de concreto foi feito, pois a sugestão de José Américo, para os serviços de terraplanagem começarem a ser feitos em Areia, nunca se realizaram, não passando de Patos (o trabalho iniciou-se em Cajazeiras).

O General Rondon, pessoa de influência no assunto foi contra José Américo, alegando que o sertão não tinha o que oferecer, pois toda a fertilidade agrícola estava no Brejo. Desta forma, vetado o trecho que iria privilegiar o Brejo, Cam

(10) CAMILO, Josemir. José Américo: o medo da fronteira pernambucana. Diário da Borborema - Suplemento Tudo, Campina Grande, 1986. p. 6.

(11) Id. Ibid. p. 6

pina Grande sem dúvida alguma, conseguiu durante muito tempo dominar o comércio do Agreste e do Sertão para o porto do Recife. "Alimentando-se de produtos industrializados, criando concorrência com os produtos artesanais e semi-industriais da Borborema". (12)

Com a lavoura da cana-de-açúcar em declínio, surgiu uma outra para substituí-la: o café. Muitos fazendeiros, na esperança de recuperarem suas economias e salvarem suas terras, voltaram suas atenções para essa lavoura, sendo rápido o seu desenvolvimento.

"Seu plantio era feito somente pelos proprietários, aproveitando a mão-de-obra barata - época em que a escravidão estava prestes a terminar." (13)

O café foi se tornando uma cultura importante na região. Os engenhos iam desaparecendo e cada vez mais o café se mostrava poderoso na sua expansão. Mas, quando todos se animavam para essa cultura, apareceu a praga, no momento em que as grandes fazendas de café começavam a produzir. O nome da praga dado pelos entomologistas do Ministério da Agricultura, foi *Cerococus Parahybensis*.

Depois da queda do café, tentou-se a cultura do fumo de estufa mas também não deu certo. O agricultor fazia de tudo para lutar contra as pragas. Foi nessa situação que surgiu o agave, reanimando os proprietários, que já desanimavam de encontrar soluções para seus problemas.

Novamente, Areia se recuperava. O agave se expandia por toda parte. Por onde se andava, só existia agave. Não se plantava outra coisa. As terras iam se valorizando de ano para ano.

(12) Id. Ibid. p. 6

(13) SÁ, Maria Braga de. Op. cit. p. 23

O agave ganhou notável incremento durante a Segunda Grande Guerra, pela aplicação de sua resistente fibra em ingredientes explosivos de material bélico. Foi grande sua exportação para os Estados Unidos da América, até que, mais ou menos em 1952, começou o seu declínio, devido a concorrência da África Oriental Inglesa, México e Moçambique. E assim, a cana-de-açúcar voltou a predominar, mesmo sem o sisal ter desaparecido por completo.

CAPÍTULO II. ASPECTOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Apesar das modificações ocorridas com o final da escravidão, que permitiram a introdução do trabalho assalariado e as transformações no sentido capitalista, no país, o sistema agrário de produção continuou no latifúndio, com uma economia baseada na monocultura e voltada para a exportação, como era na monarquia.

A industrialização ficou muito restrita ao Sudeste, onde estavam as grandes fazendas de café, surgindo uma aristocracia com grandes condições financeiras e que dominavam a política nacional e as esferas administrativas. Tudo pertencia aos fazendeiros de café. A política econômica do país, a política cambial, o comércio exterior, dependia do café. Os bancos e institutos já eram criados com a finalidade de atender às necessidades da sua produção e dos seus negócios.

Foi o êxito do café no mercado internacional que propiciou o início da industrialização.

A implantação da República foi assinalada por um surto cafeeiro, particularmente em São Paulo.

Rui Barbosa, que era um industrialista declarado, como Ministro da Fazenda deu um maior incentivo ao nosso primeiro surto industrial, que se estendeu praticamente até o governo Prudente de Moraes.

Já no governo de Floriano Peixoto, o Ministro da Fazenda era Rodrigues Alves. E este era de opinião contrária ao desenvolvimento industrial do país, alegando que este desenvolvimento prejudicaria a agricultura, pois a mão-de-obra era atraída para os centros urbanos, desviando também os capitais necessários à lavoura. E ele dizia: "O dinheiro que fecundava a agricultura com sua circulação e que alimentava o crédito agrícola, embora muito mal organizado, emigrou para os cen

tros comerciais". (14)

Quando Campos Sales assumiu a Presidência, em 1898, iniciou uma política de saneamento do meio circulante pela deflação e valorização do papel-moeda. E essa política, mesmo melhorando as condições do câmbio e do crédito externo brasileiro, provocou a crise de 1900, que foi conhecida como a crise dos bancos, que levou à falência vários bancos, colocando em situação difícil as classes produtoras.

Segundo Nelson Werneck Sodré:

"A política de Campos Sales correspondia assim, a paralização do surto industrial, à submissão inteira das atividades à economia exportadora, à obediência aos interesses do imperialismo, a que se abria o mercado interno, inteiramente desprotegido. A dívida externa, entretanto, crescia de trinta milhões em 1890 para noventa milhões em 1910". (15)

No Governo de Rodrigues Alves, o Ministro da Fazenda Leopoldo de Bulhões, achando que a indústria encontrava-se em regime de monopólio, escrevia que "o monopólio das indústrias tornava-se desse modo não somente nociva as mesmas, como também prejudicial ao consumidor, o qual podendo obter artigos aperfeiçoados e por preço razoável, de manufatura estrangeira só recebe de qualidade inferior e mais caras da indústria indígena". (16)

Sendo assim, a indústria nacional era combatida sob o pretexto de defesa do consumidor, e ora sob a alegação da necessidade do aumento das rendas alfandegárias.

No final do século XIX, as indústrias que aqui existiam eram muito poucas.

(14) LIMA, Heitor Ferreira. História Político-Econômica e Industrial do Brasil, São Paulo, Brasiliense, Vol. 347, Companhia Editora Nacional, 1ª edição. p. ?

(15) Id. Ibid.

(16) Id. Ibid.

Roberto Simonsen diz que a indústria teve o seu primeiro avanço em 1880 à 1890. E que no período de 1907 a 1920, é que ela começa a progredir. ⁽¹⁷⁾

"Consideremos então esses dados gerais como uma referência necessária, sem preocuparmo-nos entretanto em estimar a taxa exata de crescimento da indústria durante o período".

I. Brasil. Indústria. 1907 e 1920

A N O	Nº DE EMPRESAS	CAPITAL (CONTAS)	PRODUÇÃO (CONTAS)	FORÇA MOTRIZ	Nº DE OPERÁRIOS
1907	3.258	653.555	731.292	109.284	149.018
1920	13.336	1.815.156	2.959.176	310.424	275.512

FONTES: Le Brésil et ses richesses, vol. II, p. 373 e Recensamento de 1920, vol. V, pp. XXII e XXIII.

(17) SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. SP. Alfa Omega, 5a. ed. 1981, p.77 e 78.

II. Distrito Federal e São Paulo. Indústria
1907, 1920, 1929

A N O	Nº DE OPERÁRIOS	CAPITAL (CONTAS)	FORÇA MO- TRIZ (C.V.)	Nº DE OPERÁRIOS
-------	--------------------	---------------------	------------------------------	--------------------

DISTRITO FEDERAL

1907	662	167.120	22.279	34.850
1920	1.542	441.669	69.703	56.517
1929	1.937	641.661	(*)	93.525

SÃO PAULO

1907	326	127.702	18.301	24.186
1920	4.145	537.817	94.099	83.998
1929	6.923	1.101.824	(*)	148.736

(*) As fontes não indicam esses dados.

FONTES: Le Brésil et ses richesses, vol. II, tomo II, p. 273; Recenseamento de 1920, vol. II, tomo II, p. XXIX e vol. V, p. XXXVI; Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Brasil A tual, Rio de Janeiro, 1930; Secretária da Agri cultura e Comércio do Estado de São Paulo, Es tatística Industrial do Estado de São Paulo, São Paulo, 1930. As duas últimas fontes são citadas por Boris Fausto. A Revolução de 1930 Ed. Brasiliense, São Paulo, 1970, p. 23.

A indústria tem um crescimento que não é igual em todas as regiões, pois ela está mais voltada para a região do café, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. E esta surge, isto é, tem sua origem, justamente nestes estados.

E como já falamos anteriormente, o conhecimento da industrialização no Brasil deve estar ligado ao estudo das relações que se estabelecem entre o café e a indústria, pois não podemos falar desta, e ao mesmo tempo do café, como elementos contrários. Ao estudarmos o crescimento da indústria e, principalmente sua relação com o café, podemos ver que a divisão puramente técnica entre agricultura e indústria é abandonada, pois mesmo com a agricultura em constante atividade, as transformações que ocorrem nas relações de produção determinam um novo período, que está ligado aos períodos que se seguem, principalmente à industrialização, pois os períodos que antecedem, a acumulação estava ligada ao trabalho escravo.

Sérgio Silva⁽¹⁸⁾ nos chama a atenção para que levemos em consideração, que na pesquisa do Centro Industrial do Brasil, os pesquisadores deixaram de registrar as pequenas empresas situadas em regiões mais afastadas. Mas, posteriormente ele afirma que esses dados do Centro Industrial do Brasil não são determinantes, quando se refere as empresas que possuem mais de 100 operários e que tem um capital de 1.000 ou mais contos de réis. Mas, mesmo assim, as pequenas indústrias, de artesanato ou de manufatura, que se espalham por toda parte no país, e que, por sua vez, tem a finalidade de atender um mercado local, caracterizam o nascimento da indústria no Brasil.

A necessidade de mão-de-obra fez de São Paulo o grande centro de atração de imigrantes, principalmente de italianos. E estes, de níveis culturais melhores que o dos esca -

(18) SILVA, Sérgio. Op. cit. p. 78

vos e dos pequenos sitiantes, provocaram o crescimento da demanda de produtos manufaturados, estimulando dessa forma o desenvolvimento do artesanato e de uma indústria pequena. E é a partir daí que surge uma indústria de bens de consumo, de alimentos, têxtil, de confecções, calçados, chapéus ^{mecânica} leve, atc., a qual foi tema de debate no Parlamento, por pressionar o governo por uma legislação protecionista.

Com o aumento da demanda do café no mercado internacional e do seu aumento na produção, houve uma elevação nos preços do mesmo. Mas essa produção tornou-se logo maior que a demanda, surgindo crises de superprodução, que foram se agravando cada vez mais, pondo em risco a elevação de preços.

Para garantir o preço do produto, os cafeicultores, que tinham grande influência econômica, fizeram de tudo para que os governadores do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais se reunissem e assinassem o Convênio de Taubaté (1906). Essa política tinha como finalidade, fazer com que os governos dos estados produtores desencorajassem a expansão das plantações.

O governo Federal ainda participou dela, mas a situação foi se agravando até a sua queda total em 1929 (ligado à crise da bolsa de Nova York).

Desde as décadas de 60/70 do século XIX, o Nordeste começara a fornecer braço escravo para outras áreas do país. Durante toda a Primeira República continuou dependendo das exportações de algodão e açúcar. E nos estados da Bahia e Pernambuco, desenvolveram uma indústria têxtil e de produtos alimentícios em escala regional. Não houve uma competição da indústria entre as regiões Sul e Sudeste no mercado nordestino, justamente porque havia dificuldade de comunicação entre estas áreas, daí permitindo que a indústria nordestina sobrevivesse.

Mas, mesmo com o desenvolvimento da indústria sendo lento, o crescimento da mesma provocou a formação principalmente nos centros urbanos de um incipiente proletariado industrial, com maior capacidade reivindicatória que o agrícola, dan

do início dessa forma, as greves e agitações de rua, que fizeram com que os contrários ao desenvolvimento industrial reforçassem suas idéias.

Na região nordestina, o açúcar, o algodão e a pecuária foram três sistemas que predominaram na economia, desde o século XVII.

O sistema criatório era de maior vantagem, por não depender exclusivamente de gastos monetários para dar impulso a sua capacidade de produção, as condições de trabalho e alimentação eram mais fáceis, pois favorecia um forte crescimento vegetativo da própria produção. Enquanto que no setor açucareiro os gastos monetários eram maiores, a mão-de-obra tinha que ser importada e os equipamentos também. Já o algodão, juntamente com o açúcar foram base da ocupação do Nordeste, e ambos estavam voltados para a exportação. Com o avanço da indústria têxtil na economia inglesa, o algodão passou a ter uma maior demanda do mercado mundial.

O Nordeste é uma região propícia a produção de algodão de fibra longa, principalmente em sua variedade. O algodão chega ao seu ponto máximo com a Guerra de Secessão norte-americana, principalmente nos estados do Maranhão e do Ceará. E a plantação no Nordeste teve tanta aceitação no mercado, que toda a região adotou a cultura desde o Maranhão à Bahia.

A cana entrou em decadência desde o século XVII, passando a aumentar a migração para o interior. O sistema criatório absorvia esse contingente de mão-de-obra, mas dependia também da economia açucareira. A pecuária transformou-se em economia de subsistência.

Com a oferta de alimentos no litoral sendo pouca, sem dúvida alguma o crescimento da população teria também sido menor, se não fosse essa articulação com o sistema pecuário.⁽¹⁹⁾

(19) Ver FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, Capítulo XI, p. 61.

Como numa região pecuária, onde a população se alimenta daquilo que exporta, a diminuição das exportações não afeta a oferta interna de alimentos, e sendo assim, a população pode continuar crescendo no seu ritmo normal, isso através de um longo período de decadência das exportações (isso não é obrigatoriamente).

Como na pecuária as condições de alimentação são resolvidas com mais facilidade, as etapas de prolongada depressão em que se intensificaram a migração do litoral para o interior puderam caracterizar-se num crescimento demográfico. Podemos afirmar que a população nordestina e sua economia de subsistência precária, foram causas da lenta decadência que afetou a empresa açucareira, que foi em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos.

A industrialização no Nordeste foi lenta e, a criação da indústria desenvolveu-se diferentemente nas diversas regiões do país e com bastante desigualdade.

Centraremos nossa atenção nas relações que se estabelecem entre o setor industrial da região Sudeste e Nordeste.

Desde o final do século XIX, havia uma certa rivalidade entre ambas as regiões. Assim, com a indústria do Sudeste em constante crescimento e com sua produtividade ampliada, inicia-se uma competição dos bens industriais fabricados no Sudeste sobre a produção nordestina que era similar, como os tecidos, sapatos, vestuário, produtos alimentícios, etc. As indústrias nordestinas ficam sem capacidade de disputar o seu mercado com o do Sul devido ao seu atraso tecnológico relativo e, assim, não se renovam e nem se expandem, resultando na perda do mercado e criando situações desfavoráveis para o empregado, como o desemprego.

As disparidades de níveis de renda existentes entre o Nordeste e o Sudeste do país constitui sem dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional.

A economia nordestina tem causas físicas que respondem pelo seu atraso: escassez de terras aráveis; precipitação pluviométrica inadequada; e sociais: maior concentração de renda na economia açucareira; predominância do setor de subsistência na pecuária do hinterland semi-árido, etc.

Existe também o problema do interesse do Sul em manter o atraso da indústria no Nordeste, e dos próprios senhores de terra locais. O fato é que é inerente ao capitalismo o desenvolvimento desigual.⁽²⁰⁾

Os investimentos industriais em prol do Sudeste decorrentes da política de controle das importações, favoreceram amplamente a região centro-sul, fazendo com que esta tivesse uma possibilidade de industrialização mais imediata.

Já no século XIX, nas últimas décadas da escravidão, mais precisamente desde 1840, quando o café passou a primeiro lugar nas exportações, é que vai surgir estas disparidades entre as diferentes regiões.

Devemos observar o seguinte: o Nordeste não tendo acesso à totalidade das divisas que produziam suas exportações, era induzido a despender sua renda a essas divisas em compras no sul do país.

E também o centro-sul vendia mais para o Nordeste, pois na divisão internacional do trabalho, o Nordeste era fornecedor de mão-de-obra. As exportações do Centro-Sul para a região nordestina se compunham principalmente de manufaturas, enquanto que o Nordeste exportava algumas matérias-primas e mão-de-obra.

A disparidade aumenta mais ainda com a política protecionista, criada com o objetivo de proteger as indústrias nacionais, não tem dado tanta importância para a região nordestina.

(20) Ver SILVA, Sérgio, Op. cit. p.25

Esses fatos foram causas do atraso da industrialização no Nordeste, mas o fator principal está nas suas "elites" dirigentes que estão interessadas neste subdesenvolvimento de sua região, tanto quanto os do Sul.

Em relação a industrialização em Areia, sua principal atividade econômica era a agricultura, seguindo das indústrias de transformação de produtos agrícolas (engenhos de rapadura, aguardente, produção de farinha de mandioca e beneficiamento do agave). Como podemos ver, a indústria era rural.

Em 1925, vai surgir a primeira e única indústria têxtil "FIAÇÃO E TECELAGEM ARENÓPOLIS S/A" (fios e sacos de algodão). Só mais tarde é que surge a Usina Santa Maria (açúcar e álcool).

Não se pode falar propriamente de industrialização, como a que ocorre no Sul.

Mas, nos quadros do interior paraibano, poderia ser um impulso ao desenvolvimento. Não recebeu, porém, atenção do governo do Estado. Caso contrário, estaria ainda hoje em funcionamento.

CAPÍTULO III. UMA INDÚSTRIA TÊXTIL EM AREIA

A implantação de uma indústria têxtil no Município de Areia, se verificou após a Primeira Guerra Mundial.

A partir de 1925, as indústrias rurais de Areia e suas principais culturas (cana-de-açúcar e o algodão), passaram a ser mais bem aproveitadas pelo aparecimento de novos projetos industriais.

"No início, a atividade têxtil no município era exercida por artesãos, que a exemplo dos indígenas, produziam variados tipos de produtos têxteis (malhas, toalhas, cobertores, redes, tapetes, etc.), artigos que eram vendidos no comércio local e nas cidades mais próximas de Areia".⁽²¹⁾

A fábrica surgiu como uma indústria que produzia fios para fabricação de redes, mas antes era apenas um descaroçador de algodão que pertenciam aos Gouveia. Foi a partir dessas atividades (tecelagem de redes), que notou-se a necessidade de surgir uma fábrica de tecelagem que pudesse dar impulso a industrialização do município, já que as indústrias têxteis das várias regiões do nordeste vinham se desenvolvendo satisfatoriamente.

Sua fundação foi em 1924, mas só em 1925 é que as máquinas (importadas da Inglaterra) começaram a ser montadas. A montagem foi feita por técnicos que vieram também da Inglaterra. Mesmo assim, durante toda a existência da fábrica sempre vinham estrangeiros de vários países, prestar assistência a mesma.

A indústria surgiu de um grupo interessado no desen

(21) LIMA, José Alves de. Aspectos e retrospectos da Agricultura e da Agro-indústria areiense, seus problemas e carências assistenciais. Areia, 1972, p. 15.

volvimento da cidade. Seus sócios foram: Armando de Freitas (o pioneiro); Américo Perazzo, Virgílio Cunha e Luis Inácio.

Segundo o senhor Américo Perazzo, que se encontra vivo, a idéia de montar a fábrica partiu de Virgílio Cunha, cunhado de José Américo de Almeida. E afirmou que a associação durou pouco tempo, devido o senhor Armando de Freitas possuir bastante dinheiro, dificultando a associação entre eles, pois este era filho do maior capitalista de Areia (Torquato de Freitas), que era dono de diversas fazendas de café. Dizem até que Armando de Freitas quis desistir, mas seu pai o apoiou e custeou as despesas iniciais da instalação da fábrica.

Antes, a indústria fabricava em caráter individual, conhecida apenas como a fábrica de fios de Areia, e só em 1946, é que ela passa a ser uma Sociedade Anônima chamada de "FIAÇÃO E TECELAGEM ARENÓPOLIS S/A", e também a ser conhecida nacionalmente, exportando sacarias para o RS, CE, RN, PE e para o próprio estado. Não havia exportação para fora do país, pois sua produção não tinha condições de abastecer outros países, só alguns estados brasileiros.

Os primeiros acionistas da fábrica foram:

- . Armando de Freitas - Diretor-presidente
- . Austragésilo de Freitas - Diretor-gerente
- . Germano de Freitas - Acionista
- . Severina de Freitas - Acionista
- . Severino Alves Ayres - Acionista
- . Olinto Vitor de Araújo - Acionista
- . José Cavalcante de Arruda - Acionista

A empresa tinha como finalidade, o comércio e a indústria têxtil em todas as suas modalidades, através de um capital inicial de Cz\$ 4.000,00 (em moeda atual).

O algodão era comprado no sertão da Paraíba, sendo beneficiado em Campina Grande e posteriormente vinha para Areia, sendo a partir daí adquirido para industrialização. O algodão

que vinha da caatinga era em pluma, sendo descaroçado ao chegar na fábrica.

Fiação e Tecelagem Aranópolis S/A.
Produção - Exercício em 1970

I - PRODUÇÃO

01. Início de fabricação	02.01.70
02. Término de fabricação	31.12.70
03. Término de Produção	31.12.70
04. Dias consecutivos	298

II - PRODUTOS

05. Produção (em quilos) - TIPOS

a) Fios em novelos	101.825
b) Sacos de Tecido cru de Algodão	9.289
c) Tela de algodão	12.469
d) Resíduos	17.395
e) Total da produção de fio	116.747
06. Horas efetivas de fabricação	4.172
07. Média diárias de fabricação (quilos)	473
08. Rendimentos industrial (Kg.de fio/ton. de Algodão	813

III - ALGODÃO

09. Próprio - (área/hectare) - DISTRIBUIÇÃO

f) Colhido	
g) não colhido	
h) Total	

i) Adubado	
j) Irrigado	
k) Variedades mais cultivadas pelos produtores: "Gossypium Hirsutum L - Algodão herbáceo ou anual; Variedade Maria Galante - Algodão mocó ou arbóreo".	
l) Rendimento agrícola (Kg/hectares).....	16
m) Colhido	-
10) Fornecedores - (área/hectare)	9.028
n) Não colhido	-
o) Total	9.028
11) Industrializado - (em quilos)	
p) próprios	-
q) Fornecedores	144.446
r) Para fio	144.446
s) Para outros	-
12) Horas de Fabricação	
t) Efetivas	4.172
u) Perdidas	596
v) Total	4.768
x) Média horária de fabricação (kg/algodão/hora)	346,23
z) Aproveitamento do tempo de fabricação(%) ..	87,50
13) Elementos auxiliares	
a) Produção de fio em novelos	4.073 sc
b) Produção de sacos	46.445 sc
c) Produção de tela	54.003 m.
d) Vendas de fio	4.131 sc
e) Vendas de sacos	46.445 sc
f) Vendas de telas	54.003 m.
g) Vendas de resíduos	1.298 Kg
h) Produção de fio transferida p/tecelagem..	11.986 Kg

Materiais de embalagem e Secundários

Utilizados na Produção

- 1 - Sacos de tecido cru
- a) Aquisição 3.513 sc
- b) Aplicação 4.293 sc
- 2 - Fio p/costura
- a) Aquisição - Kg
- b) Aplicação - Kg
- 3 - Lenha consumida p/caldeiras
- a) Aquisição 42 m.
- b) Aplicação 42 m.
- 4 - Força motriz consumida (KWH)
- a) Adquirida 106.958 KWh
- b) Força consumida 106.958 KWh
- 5 - Demonstração da conta matéria-prima
(Algodão em plumas - compras)

Competência	Aquisição (Kg)	Custo (Cz\$)
Janeiro /70	15.354	29.882
Fevereiro/ 70	23.332	45.622
Março /70	4.010	7.553
Abril /70	5.949	10.749
Maió /70	22.202	22.282
Junho /70	13.200	15.929
Julho /70	17.091	27.421
Agosto /70	10.189	25.999
Setembro/70	13.133	58.357
Outubro /70	11.872	33.881
Novembro/70	6.200	4.960
Dezembro/70	27.802	105.231

FONTE: Relatório da Empresa.

Ao constituir-se em Sociedade Anônima em 1946, houve a 1ª. Assembléia Geral Ordinária votada no dia 30/01/46, e nessa Assembléia, foi fixado um prazo de existência da fábrica de vinte anos.

Segundo um ex-empregado da fábrica, José Alves de Lima, não sabe-se o porquê desse prazo, sabe-se apenas que existiu essa Assembléia e que nesta, foi fixado o tempo de existência da fábrica.

Mas a indústria foi além do prazo fixado, e só muito tempo depois foi que ela requereu falência. Pelo acertado quando da sua criação, deveria ter cessado suas atividades em 1966. Os estatutos da fábrica foram registrados na junta Comercial do Estado sob o número 100 do livro nº 7. (22)

Durante muitos anos, até 1955 mais ou menos, ela foi administrada por Armando de Freitas, o seu principal Presidente. Já nessa época, ela dominava um espaço grande no comércio nordestino e no sul do País.

Sua mercadoria era transportada para o porto de Cabedelo, seguindo posteriormente para o Rio Grande do Sul, por via marítima.

Foi nessa época que Armando de Freitas transferiu a direção da fábrica para o seu filho mais novo Austragêsilo de Freitas, que continuou o trabalho do pai, administrando-a do mesmo modo. Fez várias reformas, das quais citamos os motores diesel do tipo SUELZER, com geradores de energia suficientes para a alimentação da fábrica; comprou máquinas modernas com a finalidade de ampliar a produção de fiação, onde a fabricação era fio e tecido cru de algodão.

Durante os anos de 1946 e 1965, a fábrica funcionou em pleno desenvolvimento, assegurando a sua condição finan

(22) LIMA, José Alves de. Op. cit. p. 16

ceira e também a estrutura econômica e social da cidade.

A fábrica era constituída de várias máquinas e funcionava da seguinte forma: recebia a matéria-prima que era o algodão; este era beneficiado numa máquina chamada batedor, que tirava a primeira impureza do algodão; depois esse algotdão no batedor ficava como uma pasta e tinha a forma de rolos grandes, sendo logo após transportados para a máquina de cardar, com a finalidade de afinar cada vez mais a fibra até ficar uma fibra fina mais limpa e mais pura; passava-se depois para as tiragens que elaboravam a primeira fibra transformando-a num cordão fino, que depois era enrolado numas massarocas grandes. Essas massarocas eram levadas para as fiações e dessas cordas de algodão transformava-se o fio, que saía como uma linha. Depois era levado para a tecelagem, fabricando o tecido ou era vendido para a fabricação de redes.

A direção da fábrica era de seguinte ordem:

Presidente; técnico (mestre de fiação); chefes de sessões; mestres; contra-mestres; ajudantes e operários. Além do escritório tinha o pessoal do transporte e uma série de outras atividades que faziam parte da organização da fábrica.

Quanto aos operários, eram cerca de 25, aumentando de ano para ano, chegando na década de 1960, a possuir uns 230 operários. Era uma empresa organizada, dividida em três turmas: a primeira começava de 22 horas, indo até às 06 horas da manhã; a segunda entrava às 06 horas e saía às 14 horas e por último a terceira que entrava às 14 horas e saía às 22 horas.

Trabalhavam homens, mulheres e crianças, sendo que as crianças ganhavam a metade do salário. Os operários que trabalhavam à noite ganhavam 20% acima do salário, mas exis

tiam operários que ganhavam por hora e outros por produção.

Evolução Salarial

Região e Sub-região	Anos	Valor em Cruzeiros (Cr\$)		
		Mensal	Diário	Hora
8 ^a . região: Estado da Pb.	1967	63,75	2,12	0,26
Idem Idem	1968	79,20	2,64	0,33
Idem Idem	1969	98,40	3,28	0,41
Idem Idem	1970	124,80	4,16	0,52
Idem Idem	1971	151,20	5,04	0,63

FONTE: Decreto-Lei nºs 60.231, 62.461, 61.442, 66.523 e 68.576, respectivamente, decretados nas seguintes datas: 02.03.67, 25.03.68, 02.05.69, 02.05.70 e 01.05.71

Por volta de 1965, houve uma greve, enquanto Seu Austragésilo passeava em Londres.

Segundo depoimento do Mestre Vicente, que comandou o movimento, a greve sugeria melhoria de salários. O que preocupava bastante os operários e os dirigentes desta greve, era o problema da mulher, que estando grávida, não era lhe dada o devido direito de ficar em casa. Passava apenas alguns dias de resguardo, tendo que retornar depois destes dias ao trabalho. Essas mulheres, sem coragem de falar com o dono da fábrica, pediram para que alguns operários mais próximos do Senhor Austragésilo de Freitas fossem até a diretoria falar sobre o assunto. Alguns operários se prontificaram de ir em defesa das mulheres que lá trabalhavam. A situação foi esclarecida pela comissão de operários, mas o senhor Austragésilo não aceitou o pedido e, em resposta, os operários criaram um sindicato de categoria, com a finalidade de atender os interesses da classe operária e em especial das mulheres.

Teve como Presidente o operário Adauto Teixeira de Aguiar e como Vice-Presidente Mestre Vicente, ajudados pelo Deputado Assis Lemos, que na época era professor da Faculdade de Agronomia e estava à frente da Liga Camponesa. Ele acompanhava os operários no Sindicato de Construção Civil da Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A, e dava o maior incentivo para que estes se engajassem ao movimento.

Os operários juntaram-se ao Deputado Assis Lemos, que achou por bem deflagrar uma greve. Mas, no próprio sindicato surgiu má vontade, pois temiam serem demitidos como até hoje presenciamos esta cena.

A polícia entrevistou no movimento.

Em apenas 24 horas de greve, o Consultor Jurídico da época o Dr. Inácio Ribeiro e o advogado de defesa do sindicato Dr. José Gomes da Silva, se uniram aos operários e decidiram que estes voltassem ao trabalho, pois iriam lutar para que as reivindicações fossem atendidas. E o direito da mulher foi conquistado.

Os operários, que trabalhavam dez horas em vez de oito, também conseguiram receber as horas extras.

Após conseguirem as reivindicações, o mestre Vicente um dos líderes do movimento, recebeu aviso prévio de sua demissão. Não só ele, mas também vários amigos que estavam dentro do movimento. Mesmo assim, o sindicato continuou.

Alguns operários mais ligados ao dono, comentaram apenas que o motivo da greve tinha sido por melhoria de salários e que as horas extras eram pagas, onde todos tinham seus direitos devidamente assegurados pela CLT.

Depois dessa greve e da criação do sindicato, a indústria não conseguiu mais manter-se erguida, terminando por requerer falência. (ver anexo no final do trabalho).

O capitalista Austragésilo de Freitas queria continuar agindo com os operários da mesma forma que antes, pois não admitia que os operários lutassem pelos seus direitos. Isso fez

com que ele transferisse as melhores máquinas para João Pessoa, onde implantou a S/A Indústria Têxtil Mandacarú. Mas lá, também enfrentou um sindicato com capacidade de defesa superior ao de Areia. Essa indústria funcionou alguns anos, vindo posteriormente à falência, transformando-se Cooperativa, forma que mantêm até hoje.

A empresa sempre registrou lucro positivo em seu balanço, não sendo uma empresa deficitária.

Seu Austragésilo passa a fábrica para um grupo de empresários (Otacílio Themóteo de Souza e Arnaldo Gomes Sobrinho), Mas devido algumas máquinas já terem sido retiradas e pela falta de capital de giro, eles não conseguiram mantê-la; passando posteriormente para as mãos de Cearenses, que também não conseguiram erguê-la, pois a empresa já estava devendo bastante, tornando-se difícil também recuperá-la.

No início de julho do ano de 1981, foi posto em Leilão Público (ver anexo no final do trabalho) os bens da Massa Falida Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A.

Além das várias casas, armazéns, sítios e terrenos que a fábrica possuía, existia uma vila conhecida como "Vila Operária", constituída de casas para moradores sem nenhuma condição financeira. Pagavam apenas uma pequena parcela que lhes garantia a morada.

Com a idéia do Leilão Público, os moradores formaram grupos contra o mesmo. As casas estavam sendo leiloadas no valor de Cz\$ 70,00 (moeda atual) cada uma. E os moradores, além de não possuírem a quantia estipulada, o Banco não estava, nem vendia à prazo.

Vários estudantes universitários se engajaram ao movimento em favor dos moradores da vila, conseguindo como advogada Teresa Braga, de Campina Grande. Todo o movimento tinha à frente morador Seu Romão, que fazia as reuniões em sua própria casa, segundo depoimento feito por ele no dia 14/06/86.

Fizeram passeatas tanto os homens como as mulheres e

crianças todos com cartazes.

Os estudantes que faziam parte do movimento receberam intimação para comparecerem à Delegacia. Eles não compareceram, mas não houve violência.

A passeata foi até o Forum da cidade, onde seriam leiloados todos bens da Massa Falida Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A.

Como ninguém queria comprar as casas no preço estipulado pelo Leilão, os moradores se organizaram e se espalharam pelas cidades vizinhas em busca de arrecadar dinheiro para comprar as suas casas. Não Conseguiram.

Com a vinda do Governador Tarcísio Burity para a cidade de Remígio, alguns moradores se organizaram e foram até ele em busca de ajuda.

O governador se comprometeu a comprar todas as casas e dar a escritura a cada morador.

Eram apenas dezoito casas, pois as restantes tinham sido compradas pelos moradores de melhores condições financeiras.

A questão durou seis meses, até conseguirem realmente suas casas com as escrituras.



BANCO DO BRASIL S. A.

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Areia (Pb).

DISTRIBUIÇÃO

Processo III Reg. Geral nº 502

Subprocesso 523 ao 1º Cartório.

19 de Dezembro de 1974

Benedita Neves Perazzo
Distribuidor

R. hoje.

D.R. e A., cite-se.

Areia, 19 de dezembro de 1974.-


Juiz de Direito

O BANCO DO BRASIL S.A., com sede em Brasília Distrito Federal, Órgão da Administração Federal Indireta (arts. 42-II-c e 189-I do Dec-Lei nº 200/67), por sua agência desta cidade, e esta por seu advogado subfirmado (Bel. Raphael Carneiro Arnaud, inscrito na O.A.B., seção da Paraíba, sob nº 657, e no C.P.F. sob nº 005741554, com escritório à rua Sete de Setembro, n. 52, na cidade de Campina Grande-Pb), vem perante V. Ex.ª, com os fundamentos abaixo e apoio no art. 41 e seguintes do Dec-Lei Nº 413, de 9.1.69, combinado com os arts. 580, 585-VII e 659 do Código de Processo Civil, instaurar contra a FIAÇÃO e TECELAGEM A RENOPOLIS S/A, estabelecida à rua Professor Xavier, nº 227, nesta cidade, a presente

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

1. Em virtude da operação de crédito abaixo descrita, o exequente é credor da executada, da quantia líquida e certa de Cr\$ 146.368,08 (cento e quarenta e seis mil e trezentos e sessenta e oito cruzeiros e oito centavos), afora juros vencidos e vincendos e a multa legal de 10% (art. 58 do dec-lei nº 413/69):

- EIC-73/07: Uma Cédula de Crédito Industrial, no valor nominal de Cr\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil cruzeiros), emitida a 20.08.73, entre outras condições, a juros de 19,2% a.a., com vencimento para 20.08.74, garantida pelos seguintes bens: onze (11) fardos de algodão em pluma, tipo "5"; vinte (20) fardos de algodão em pluma, tipo "7"; 277 saços de fio de algodão e quatro (4) duplicatas mercantis, conforme inscrição sob nº 10, fls. 3, do Livro nº 10-A, no Registro Imobiliário local, e por força do aditivo celebrado a 30.09.74, devidamente registrado no mesmo Registro de Imóveis, bens esses que ficaram sob a guarda e responsabilidade do sr. Lívio de Azevedo Maia, como fiel depositário. Ocorre que a Cédula se acha vencida e, incluindo o principal, despesas e juros contabilizados até 30.09.74, apresenta um saldo devedor de Cr\$ 146.368,08 (cento e quarenta e seis mil e trezentos e sessenta e oito cruzeiros e oito centavos). (Docs. 1, 2, 3 e 4).

2. Isso posto, e como tenham malgrado as tentativas para uma solução amigável da pendência, requer o BANCO DO BRASIL S.A. a CITAÇÃO da executada para, em 24 horas, pagar a quantia de Cr\$ 146.368,08 (cento e quarenta e seis mil e trezentos e sessenta e oito cruzeiros e oito centavos), acrescida dos juros morató-

31

rantia (descritos no ítem 1, desta petição), prosseguindo a execução até final, inclusive com a venda dos bens penhorados (algodão), a exceção das duplicatas mercantis que já se acham em poder do exequente, para cobrança e que, se liquidadas, serão destinadas (o seu produto) à amortização ou liquidação do título, objeto desta execução. Feita a penhora, pede-se que dela se ja intimada a executada. Requer, outrossim, a intimação do sr. Livio de Azevedo Maia, brasileiro, casado, agricultor, residente no imóvel "Jussarinha", desta comarca, dada a sua qualidade de depositário do algodão apenhada.

3. DESVIO DO ALGODÃO APENHADO:- Na hipótese de ficar apurado o desvio de quaisquer dos bens apenhados (algodão), de logo, o exequente protesta pelo oportuno pedido de prisão civil do depositário infiel. (art. 28 do dec-lei n. 413/69).

4. PROVAS:- Em caso de resposta, ficam requeridas as seguintes provas: depoimento pessoal da executada, com a cominação de confesso; inquirição de testemunhas, oportunamente arroladas; juntada de novos documentos; realização de exames, vistorias, perícias e demais provas que se fizerem necessárias no curso da lide.

5. CUSTAS:- Está o exequente isento do pagamento de custas e taxas, por força do estatuído no art. 50 da Lei n. 4.595, de 31.12.64, combinado com o art. 24 do Regulamento de Custas da Paraíba.

6. VALOR DA CAUSA:- 0 do pedido.

7. INTIMAÇÕES:- As intimações ao exequente deverão ser feitas na pessoa do advogado signatário da presente, que tem o endereço mencionado no "caput" desta petição.

- Com um instrumento procuratório, uma Cédula de Crédito Industrial, um Orçamento de aplicação do empréstimo, um Aditivo à Cédula e um extrato de conta, D.e.A.,

P. deferimento

Areia(Pb), 19 de dezembro de 1.974

Raphael Carneiro Arnaud - Advº



BANCO DO BRASIL S. A.

SERVIÇO JURÍDICO Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca
Campina Grande - PARAÍBA de AREIA (PB).

2
177

Mea
Meeleues
Em 10.03.1978
Juiz de Direito

O BANCO DO BRASIL S.A., com sede em Brasília (DF), Órgão da Administração Federal Indireta, por sua agência dessa cidade, e esta por seu advogado subfirmado regularmente constituído nos autos da execução instaurada contra FIAÇÃO e TECELAGEM ARENÓPOLIS S.A., escritania do 1º cartório, dessa comarca vem perante V. Ex.ª, nos autos da BALÊNCIA da mesma Fiação Tecelagem Arenópolis S.A., expor e afinal requerer o seguinte

1. Em virtude da operação de crédito descrita nos autos da execução que o peticionário instaurou contra a falida (EIC-73/07 - Cédula de Crédito Industrial), perante esse Juízo, o peticionário demandou executivamente contra a falida, para a cobrança da quantia de Cr\$ 146.368,00 (cento e quarenta e oito mil, aliás, cento e quarenta e seis mil e trezentos e sessenta e oito cruzeiros), tudo de acordo com o descrito na petição inicial da execução.
2. No curso do processo de execução, o débito executado, acrescido dos acessórios legais, foi amortizado com pagamentos parciais e por força da venda de bens penhorados, restando no entanto, um saldo devedor remanescente, visto que os bens alienados em leilão não bastaram à liquidação do débito.
3. ISSO POSTO, com arrimo na Lei de Falências, o BANCO DO BRASIL S.A. vem perante V. Ex.ª declarar que é credor na falência de FIAÇÃO e TECELAGEM ARENÓPOLIS S.A., pela quantia de Cr\$ 65.500,00 (sessenta e cinco mil e quinhentos cruzeiros), de corrente do saldo devedor existente nos autos da execução que instaurou contra a mesma falida para cobrança da cédula de crédito industrial já referida, requerendo que a falência sejam pensados os autos da execução que promoveu contra a falida, nos quais se acha o título representativo de seu crédito líquido e certo.
4. O peticionário protesta pela oportuna juntada de novos documentos e demais provas que se fizerem necessárias no curso da falência, na hipótese de impugnação. Pede, outrossim, que o crédito acima mencionado seja incluído no quadro geral dos credores, observadas as formalidades legais.
5. Requerendo finalmente...

22

MANDADO DE AVALIAÇÃO

O Doutor Genésio Gomes Pereira Filho, Juiz de Direito desta Comarca de Areia, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

Manda ao sr. Avaliador Judicial deste Juízo a quem for este apresentado indo por mim devidamente assinado que, em seu cumprimento dirija-se a esta cidade de Areia, e aí sendo AVALIE os bens da massa Falida Fiação e Tecelagem Arenopolis S/A, a seguir: TERRENOS E EDIFICAÇÕES:- Um prédio da fabrica situado á rua Prof Xavier Junior nr. 254, edificado em terreno proprio, medindo 83 metros de frente e fundo por 35m de profundidade, construido em concreto armado e alvenaria, coberto em estrutura de madeira e telha canal, transcrito no Registro Imobiliário desta Comarca sob nr. 7.810, livro 3-0, em data de 1.10.1951; oito prédios situado á rua Professor Xavier Junior sob nr. 227, 233, 241, 247, 251, - 263, 287 e 273, edificados em terreno que mede 70,m de frente e fundos, por 28 , de comprimento de ambos os lados, c nstruções de alvenaria de tijolos e telhas, piso de cimento liso, transcrição nr. 7.810, livro 3-0, em data de 11.10.1951; seis casas geminadas situadas na mesma rua de nrs. 152, 164, 170, 313, 319 e 323, edificadas em terreno proprio medindo em média, cada 5,00 m de frente e fundos por 28,mm de comprimento de ambos os lados, construção de alvenaria de tijolos e telhas, piso em cimento comum, cobertas de estrutura de madeira e telhas canal, transcrições nrs. 7.810, 6.899 e 6.9803 - de 23.5.1949 e 11.10.1951; seis casas populares, geminadas, situadas á rua Arenopolis nrs. 772, 776, 780, 784 , medindo em média cada 5.00 m de frente e fun

II

cobertura em estrutura de madeira e telha canal, digo, te-
 lha canal, transcrição nr. 7.810, livro 3-0, em data de
 11.10.1951; uma casa geminada á rua Padre Chacon nr. 495
 medindo 7,00 m de frente e fundos por 20,00 m de comprim-
 ento de ambos os lados, construção em alvenaria de tijo-
 los e telhas, transcrição nr. 7.810, livro 3-0, em data-
 de 11.10.1951; vinte e seis (26) casas populares, gemina-
 das, situadas á Vila Sant'Ana, edificadas em terreno pro-
 prio (10 ha) de nrs. .97, .123, .127, .131, .132, .140, .147, -
 .148, .156, .164, .171, .172, .179, .180, .187, .188, .196, .199, -
 .200, .206, .212, .217, .218, .225 e .229 e .219, construção de-
 tijolos, piso cimentado comum, cobertura de estrutura de
 madeira e telha canal, transcrição 6.903 em 23.05.1949 ;
 um terreno á Vila Santana - antigo propriedade VOLTA, cul-
 tivado, na parte baixa, proxima á olaria eli existente e
 fontes, transcrito sob nr. 6903 em 23.05.1949; terreno si-
 tuado por traz de prédio da fabrica localizado no lugar -
 QUEBRA, onde se localiza a fonte de abastecimento de
 agua da fabrica, atualmente ocupado pela Prefeitura Munici-
 pal local, transcrito sob nr. 7.810, livro 3-0, em data -
 de 11.10.1951; Terreno acidentado denominado APA, locali-
 zado á rua Aderaldo de Almeida, por traz dos oito prédios-
 , digo rua Prof. Manoel de Azevêdo Maia, por traz dos oi-
 to (8) prédios situado á rua Prof. Xavier Junior, cultiva-
 do na parte acidentada e algumas construções na parte al-
 ta, transcrição nr. 7.810, de 11.10.1951; MAQUINAS E EQUI-
 PAMENTOS.- cinco Cardas da marca Ingolstadi modelo KB-40
 de fabricação alemã, capacidade nominal 9,00hp.- fabrica-
 ção de 1963; quatro filatórios Rings de 300 fusos cada, al-
 ça de "9" e anel de 3", sendo dois de marca PLATS e dois-
 de marca WITTI, com dois motores eletricos de 7,5 hp. e
 um de 10 hp. Uma sucata compreendendo os seguintes equipa-
 mentos: Conjunto de batêdores Johns e Sons Manchester, e
 cinco cardas Dobson de 36", uma Dobson de 40", uma Howard

III

quadro de distribuição incompleto, ou melhor dito, dñi-
ficado. MOVEIS E UTENCIOLIOS: 03 Bureaux antigo, confec-
cionado em madeira, acabamento em verniz; um bureaus me-
canografo, confeccionado em chapa de ferro com cadeira -
giratória; um cofre tamno médio, digo, tamanho médio, fa-
bricação São Paulo, modelo antigo; um banco antigo mode-
lo em madeira.- Cumpra-se. Dado e passado nesta cidade-
de Areia, aos 23 de janeiro de 1981. Eu, José Henrique-
Batista de Albuquerque, escrevente autorizado que este
fiz e assino.

Juiz de Direito

=

Handwritten signature

Laudo de avaliação.

Cumprindo mandado de avaliação expedido por este Juízo me diri-
-rigi nesta Cidade onde se encontram os bens da massa falida Arenop-
-polis S.A, os quais passo a avaliar e dar-lhes seus respectivos va-
-lores.

Bens a rua Xavier Junior:

Um predio de nº 254, com 83ms. de frente e trinta e cinco de fundos,
com o tecto parcialmente caído, com estrutura de concreto e cimento
armado e alvenaria, confrantando-se; do lado direito de quemolha do
meio da rua com o predio dos corneios e telegrafos; do lado esquer-
-do de quem olha do meio da rua com a casa de numero 322; ao norte
com a rua Arenopolise; ao sul com rua Xavier Junior.

Ao mencionado imovel dei o valor de.....Cr. 2800.000.00

Uma casa residencial de nº 152, com tres quartos, uma sala, cosén-
-ha, sanitario, sem forro, piso de cimento, banheiro, eletrificada
sancada, em mau estado de conservação.....Cr. 200.000.00 ✓

Uma casa de nº 170, com dois quartos, cosinha, em mau estado de
conservação, com 4.30ms. de frente e 28ms. de fundos.....Cr. 80.000.00 ✓

Um predio de nº. 227, com 4.5ms. de frente e 28ms. de fundos,
fornado, alcatifado.....Cr. 250.000.00 ✓

Um predio de nº. 233, com tecto caído, com 7.85ms. de frente e
30ms. de fundos, ao qual dei o valor de.....Cr. 180.000.00 ✓

Um predio de nº. 241, com 8.60 de frente (8.60ms. de frente) e
trinta de fundos.....Cr. 210.000.00 ✓

Um predio de nº, 247, com 7.86ms. de frente e trinta de fundos
servindo no momento para garagem, ao qual dei o valor de.....Cr. 280.000.00 ✓

Um predio de nº. 251, com 9.65ms. de frente e 30ms. de fundos
com tecto caído.....Cr. 250.000.00 ✓

Um predio de nº. 263, com 10ms. de frente e 30ms. de fundos, sem
tecto, apenas as paredes depé, que dei o valor de.....Cr. 280.000.00 ✓

Um outro predio tambem sem tecto, de nº. 273, com 10.90ms. de
frente e trinta de fundos, cujo valor e de.....Cr. 280.000.00 ✓

continuação do laudo avaliatorio.

J. H. L.

Uma casa residencial de nº313, com 3.77ms. de frente e 28ms. de fundos, com dois quartos, duas salas, corredor, cozinha, quintal murado, cujo valor é de.....Cr. 200.000.00

Uma casa de nº319, com 328ms de frente e 28ms. de fundos, piso de cimento, quintal também murado que dei o valor de.....Cr. 200.000.00 ✓

Uma casa de nº323, com 5.69 de frente e 28ms. de frente, com tres quartos duas salas, cozinha, quintal murado.....Cr. 250.000.00 ✓

Um terreno a rua Manoel de Azevedo Maia, com 18.70 de frente e 18.70 de fundos, confrontando-se; ao norte com a rua Manoel de Azevedo Maia; ao nascente com terreno de Pautila Maia; oeste com José Alves e nos fundos com a estrada Areia-Remigio....Cr. 50.000.00

Uma casa a rua Xavier Junior de nº164, ferrada, mosaicada, eletrificada, com 8.5ms. de frente e 28ms. de fundos, com tres quartos duas salas, banheiro, sanitario, confrontando-se do lado direito de quem olha do meio da rua com a casa de nº152 pertencente a massa falida Arenopolis; do lado esquerdo de quem olha do meio da rua com a casa de nº.170, pertencente a mesma firma,

Ao supra mencionado imovel dei o valor de.....Cr. 300.000.00 ✓

Seis casas geminadas construidas em terrenos da propria massa falida a rua Arenopolis, numeros, 772, 776, 780, 784, 790, 794, construidas de alvenaria de tijolos e telhas, com 5ms. de frente e 15 ditos dos lados e cinco nos fundos e por serem uniformes avalei a Cr. 50.000.00 cada, totalizando.....Cr. 300.000.00

Um sitio no lugar Quebra, em terreno acidentado, com parte plana apenas onde se encontra o banho do Quebra, limitando-se; ao sul com a rua Arenopolis; ao norte por valado e terras da Prefeitura; ao leste com terras da Prefeitura e ao poeste com terras dos herdeiros de Pedro Perazzo.

Ao mencionado imovel dei o valor de.....Cr. 200.000.00

Um cofre antigo, Fabricação de São Paulo que avalei por Cr. 20.000.00

Um banco de madeira, invernizado que avalei por.....Cr. 3.000.00

Um biraux mecanografo em mau estado,.....Cr. 2000.00

Um terreno de madeira que avalei por.....Cr. 3.000.00

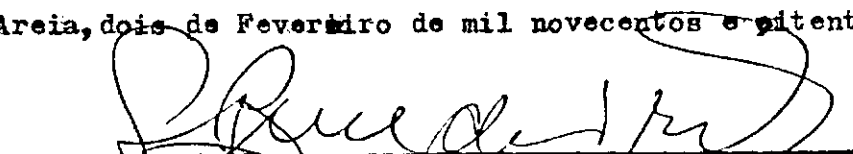
Continuação do laudo avaliatorio.

837

5 cardas de marca Ingolstadi, com motores de 1.5KVA.....Cr.250.000.00
4 filatorias Rings de 300 fusos cada.....Cr.200.000.00
7 cardas velhas que avaliei por.....Cr. 50.000.00
3 bancos de estiragem de marcas, Platt e Houard.....Cr. 50.000.00
Um transformador Aeg de 250 kva., incompleto.....Cr. 40.000.00
Um conjunto de batedores completo de marcas sons e Manchester Cr. 50.000.00
Uma noveleira manchester de 6 fusos que avaliei por Cr. 15.000.00
Uma casa de residencia, em chão proprio, de nº495, com 7ms. de frente e veinte de fundos de tijolos e telhas, confrontado-se do lado direito de quem olha do meio da rua com a casa de nº. 499; do lado esquerdo de quem olha do meio da rua com a casa de numero 493 e ao norte com a rua Pe.Chacon.
Ao referido imovel dei o valor de.....Cr.100.000.00
Vinte e seis casas populares, geminadas (geminadas) de tijolos e telhas, situadas a Vila Santana, em chão proprio, piso de cimento e por serem de fato uniformes avaliei a razão de ~~Cr.7~~ digo, a razão de Cr.70.000.00 cada.....Cr.1.820.000.00
Um sitio no lugar Vila Santana, com 4ha. cultivado na parte baixa, com fonte Dagua, limitando-se; ao norte com a estrada Areia-Mata Limpa; ao sul com estrada Areia-Lava pés; oeste com terras de Pautila Maia e a leste com as trazeiras das casas da rua da Baixinha. x
Ao mencionada imovel dei o valor de.....Cr.400.000.00
Totaliza o presente laudo avaliatorio em.....Cr.9.613.000.00

Nada mais tendo a avaliar finalizo o presente laudo que dato, assino e dou fé.

Areia, dois de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e um.


Severino Bezerra de Medeiros. Avaliador Judicial

... para a aprovação dos *feras*, como o contato da instituição com os estudantes a ingressar na Universidade Federal da Paraíba. A informação partiu do presidente do DCE, Walter Dantas, um dos idealizadores da proposta. Amanhã, à tarde, dirigentes do Diretório Central dos Estudantes vão se reunir para discutir em maior profundidade a nova idéia.

COMEMORAÇÕES

Segundo Walter Dantas, o Diretório Central dos Estudantes pretende promover festas, carnavais e outras formas de comemorações pela aprovação dos *feras*, na própria instituição, numa maneira de promover o primeiro contato do DCE com os estudantes que ingressam na Universidade Federal paraibana.

- Será uma forma de recepção, comemoração pelo sucesso dos *feras*, e um primeiro contato do DCE com os novos estudantes, que, em

etapa posterior, poderão, de imediato, acompanhar as atividades do Diretório, comentou o atual presidente do Diretório Central dos Estudantes.

Visando a coordenação de divulgação dos resultados do Exame Vestibular, já a partir deste ano, os dirigentes do Diretório Central dos Estudantes deverão, dentro em pouco, manter contatos com a Comissão Permanente do Vestibular, para os acertos finais, após de debatida a possibilidade de dirigirem a divulgação das listas com os nomes dos aprovados.

... da divulgação dos resultados no dia 1º de fevereiro, as candidatas selecionadas passarão por uma série de novos exames, tais como psicotécnico, que será realizado em Recife; Inspeção de Saúde, também em Recife e uma entrevista em local a ser determinado posteriormente pela Capitania dos Portos da Paraíba. Depois de concluídos estes trabalhos é que serão convocadas as candidatas para uma primeira apresentação no dia 24 de março, oportunidade quando a Capitania estará marcando a data das incorporações.

Multas aplicadas pelo Ipem em 80 chegam a 63 mil

Mais de sessenta e três mil cruzeiros foi a importância das multas aplicadas pelo Instituto de Pesos e Medidas em 14 empresas da Grande João Pessoa que estavam infringindo as suas determinações, informou ontem o delegado do IPEM, Sérgio de Tarso Vieira, para em seguida exortar a participação dos consumidores no sentido de denunciar os estabelecimentos comerciais desonestos.

Com uma maior colaboração dos consumidores, acredita Sérgio de Tarso Vieira, o órgão terá maiores condições de desenvolver seus trabalhos de fiscalização, e orientou a todos para quando verificar a existência de suspeitas de pesos ou volumes de mercadorias acondicionadas, procurar o setor de fiscalização.

As fiscalizações nos setores comerciais foram realizadas durante o mês de dezembro nos estabelecimentos comerciais de Santa Rita, Bayuex, João Pessoa e Cabedelo. Sendo que o maior número de irregularidades foram apresentadas nos postos de gasolinas de João Pessoa, todos intimados a prestarem esclarecimentos e pagar a multa.

As principais irregularidades apresentadas nas bombas eram com relação ao seu interior, que é um dispositivo de bloqueio. Com este defeito as bombas permite um novo abastecimento sem deixar o registro zero do bloco de medidas. Para este mês Sérgio de Tarso Vieira vai intensificar ainda mais as fiscalizações para poder constar denúncias de que estabelecimentos comerciais continuam com aparelhos defeituosos.

O apelo estabelecido...
Guilherme Pereira...
coletivos...
lojas sejam...
os ônibus irã...
Azevedo.

A inform...
de Serviços U...
nicipal, sr. Jo...
tabelendo...
das paradas...
"será dentro...
vel".

CO...
Por coinc...
comerciantes...
Prefeitura Mu...
transportes co...
de paradas so...
de mais alguns...
rio João Fran...

Em recent...
comerciantes...
tura Municipa...
paradas de cole...
des Pereira, "p...
do o comércio...

Dam... por a

- A Praça F...
limpa, aberta p...
seus oitizeiros...
cansados das l...
presente de fim...
cho da carta en...
mário Franca, p...
Oliveira Lima, pa...
ver transferido o...
ça Pedro Américo...
elogiando a man...
sio Franca agiu...
problema de cur...

Na carta, o...
veira Lima lembra...
século "que aque...
Praça Pedro Am...
nossa querida ci...
carta do ex-prefe...

"Meu caro I...
Há um quart...
la monstruosida...
Américo envergor...
cidade.

Pode você...
geral, principalm...
clamos íntimos d

FALENCIA DA FIAÇÃO E TECELAGEM

ARENÓPOLIS S/A

QUADRO GERAL DOS CREDORES

1 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS CREDITOS - Art. 102

1.1. - Créditos com Garantia Real	
1.1.1. Banco do Est. da Paraíba S/A	Cr\$ 3.460.316,12
1.1.2. Banco do Brasil S/A	Cr\$ 65.500,00
1.1.3. Banco do Est. do Ceará S/A	Cr\$ 340.802,02
1.2. - Créditos com Privilégio Geral	
1.2.1. I.A.P.A.S.	Cr\$ 314.662,46
1.3. - Créditos Quirografários	
1.3.1. Maria Ribeiro de Assis	Cr\$ 60.481,00

2 - CREDITOS INFORMADOS - Art. 98

2.1. - Créditos com Privilégio Geral	
2.1.1. Secretaria das Finanças	Cr\$ 470.802,17
2.1.2. Fazenda Nacional	Cr\$ 339.905,40
2.2. - Créditos Quirografários	
2.2.1. CIMEL - Ind. Com. de Materiais	
Elétricos Ltda.	Cr\$ 7.020,00
Total Geral.	Cr\$ 5.067.890,17

(cinco milhões sessenta e sete mil oitocentos e noventa cruzeiros e dezessete centavos)

AREIA (PB), 15 de janeiro de 1981
ELMO DUARTE FREIRE
Sindico

da Escola Técnica

Uma das maiores e bem organizadas festas caipiras, já época junina será realizada no dia 19 de junho pela Diretoria da Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal da Paraíba (ASSET).

Trata-se do II SAO JOÃO DO POVO que irá, sem dúvida, repetir o sucesso total do ano anterior. O grande forró terá lugar no Ginásio coberto do Clube

Astrêa, com ingressos individuais vendidos a Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros). Eles são numerados e valem pra o sorteio de uma Bicicleta Caloi 10, brinde especial da Casa das Bicicletas.

O encontro matuto será abrilhantado com a participação especial do artista GENIVAL LACERDA que será coadjuvado pelo Conjunto Musical "OS BARBAROS".

Implantado na método de irr

Técnicos do Instituto Nacional de Reforma e Desenvolvimento Agrário - IRYDA, da Espanha, implantaram, na Paraíba o primeiro campo experimental de Irrigação por micro-aspersão, método pioneiro em todo o país, que proporciona uma economia de água em 30% na aguação de culturas diversas. Este sistema se torna mais barato de que pela própria aspersão como é feito normalmente pelos proprietários rurais do Estado.



A Irrigação por micro-asp

O campo experimental de micro-aspersão foi instalado no município de Sumé para a cultura de banana. Segundo os técnicos espanhóis, agrônomos Luiz Antônio Fanton e José Maria Graells, que permaneceram neste Estado por um período de três anos, o novo sistema já vem sendo aplicado na zona rural de Espanha com ótimos resultados. O preço da instalação de um sistema desse tipo ficará em torno de Cr\$ 487 mil por cada hectare de terra, compreendendo um poço, catavento, tubulação de elevação, depósito, tubulação de alimentação e de distribuição.



Técnicos na preparação

Para os casos em que o proprietário já tenha água suficiente e queira instalar um motor bomba, este custo será bem menor. O rendimento do plantio de banana em uma hectare de terra, aplicando a micro-aspersão, será de 50 mil quilos do produto, correspondendo a um valor de aproximadamente Cr\$ 500 mil.

O IRYDA firmou convênio com o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS, objetivando um intercâmbio de experiências, trabalhos conjuntos de consultoria e formação de recursos humanos, em assuntos de irrigação, drenagem e recuperação de solos salinos, pla-

nejamento e desenvolvimento rural, engenharia rural e águas subterrâneas. Explicou chefe do 2º Distrito Engenharia Rural DNOCS, Daniel Oster que esse convênio prosseguirá as ações combatendo os efeitos estagios que ciclicamente ocorrem no Nordeste

A técnica utiliza pelos espanhóis no campo já despertam os fabricantes de equipamentos agrícolas do Estado exemplar a fábrica C de, - Indústria de Plásticos - de Camp Grande, que iniciou fabrico do micro aspersor para irrigação

O primeiro passo espanhóis será a talação desse sistema uma propriedade particular no município Sousa, usando a micro aspersão na cultura cítrica de laranja e laranja Para esse tipo de cul

MASSA FALIDA DA FIAÇÃO E TECELAGEM ARENÓPOLIS S/A COMARCA DE AREIA_PB. Leilão público

O BANCO DO ESTADO DA PARAÍBA S/A, síndico da falência de FIAÇÃO E TECELAGEM ARENÓPOLIS S/A, devidamente autorizado pelo MM Juiz de Direito da Comarca de Areia, deste Estado, faz saber, que, no próximo dia 1º (primeiro) de Julho de 1981, pelas 9 horas, no fórum daquela Comarca, serão vendidos em Leilão Público, englobada ou separadamente pelo porteiro dos auditórios, os seguintes bens da massa: Imóveis: sítios à rua Xavier Junior: Prédio nº 254 avaliado em Cr\$ 800.000,00; Casa nº 152, avaliada em Cr\$ 200.000,00; Casa nº 170, avaliada em Cr\$ 80.000,00; Prédio nº 227, avaliado em Cr\$ 250.000,00; Prédio nº 233, avaliado em Cr\$ 180.000,00; Prédio nº 241, avaliado em Cr\$ 10.000,00; Prédio nº 247, avaliado em Cr\$ 280.000,00; Prédio nº 251, avaliado em Cr\$ 250.000,00; Prédio nº 263, avaliado em Cr\$ 280.000,00; Prédio nº 273, avaliado em Cr\$ 280.000,00; Prédio nº 287, avaliado em Cr\$ 300.000,00; Casa nº 313, avaliada em Cr\$ 200.000,00; Casa nº 319, avaliada em Cr\$ 200.000,00; Casa nº 323, avaliada em Cr\$ 250.000,00; Casa nº 164, avaliada em Cr\$ 300.000,00; Casa à rua Padre Chacon nº 495, avaliada em Cr\$ 100.000,00; Seis casas geminadas à rua Arenópolis de nºs 772, 776, 780, 784, 790 e 794, avaliada em Cr\$ 50.000,00 cada, totalizando Cr\$ 300.000,00; um terreno a rua Manoel de Azevedo Maia, avaliado em Cr\$ 50.000,00; Um sítio no lugar Quebra, avaliado em Cr\$ 200.000,00; Um sítio no lugar Vila Santana, avaliado em Cr\$ 400.000,00; Vinte e seis (26) casas populares, situadas na Vila Santana, avaliada em Cr\$ 70.000,00 cada, totalizando Cr\$ 1.820.000,00, Um cofre, avaliado em Cr\$ 20.000,00; Um banco de madeira, avaliado em Cr\$ 3.000,00; Um bereaux mecânico, avaliado em Cr\$ 2.000,00; Um bereaux de madeira, avaliado em Cr\$ 3.000,00; Cinco (5) cardas marca Ingolstadi, avaliada em Cr\$ 250.000,00; Quatro (4) filatorias Rings, avaliada em Cr\$ 200.000,00; Sete (7) cardas velhas, avaliada em Cr\$ 50.000,00; Três (03) bancos de estiragem, avaliado em Cr\$ 50.000,00; Um transformador AEG, avaliado em Cr\$ 40.000,00; Um conjunto de batedores, avaliado em Cr\$ 50.000,00 e Uma noveleira Manchester, avaliada em Cr\$ 15.000,00. O total da avaliação é de Cr\$ 9.613.000,00 (nove milhões seiscentos e treze mil cruzeiros).

João Pessoa, 28 de maio de 1981

BANCO DO ESTADO DA PARAÍBA S/A

Ass. Regível
P/Síndico

Edilene de Almeida Cardoso Felix

CONCLUSÃO

Ao término da pesquisa, chegamos também a várias con
clusões, que no início do trabalho eram apenas hipóteses le
vantadas, sem nenhuma resposta concreta.

Podemos ver que a decadência do comércio areiense se deu devido à falta de estrada de ferro, o que dificultou a sua comunicação com outras regiões vizinhas, fazendo com que Areia ficasse completamente sem espaço para se expandir, levan
do todo o seu comércio a total decadência.

A indústria só veio novamente a abrir as portas para o desenvolvimento em 1925 sendo conhecida nacionalmente pela sua produção de fios e tecidos crus de algodão. A cidade ape
sar das crises consecutivas que tinha sofrido começou a desen
volver-se normalmente, com uma economia estável, exportando para vários estados, inclusive o próprio estado da Paraíba.

Sua falência foi devido tanto ao dono, que com a gre
ve não quisera enfrentar o operariado, como também aos emprês
timos que a empresa fez e não conseguiu liquidar, sendo obri
gada mais tarde a ser leiloada pelos bancos credores, princi
palmente o Banco do Brasil S/A, levando por completo a sua fa
lência, pois não tinha mais condições de se manter como uma fábrica em nível de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias Cartoriais - Processo de Falência, encontrado no Cartório Maia de Albuquerque do 1º Ofício da Comarca de Areia Pb.

Fontes Primárias Orais - Entrevistas com: José Alves de Lima, Mestre Vicente e Seu Romão.

- ALMEIDA, Horácio de. Brejo de Areia. Memórias de um Município. Rio de Janeiro, Serv. de Doc. do Ministério da Educação e Cultura, 1958.
- ANDRADE, Manuel Correia de. História Econômica e Administrativa do Brasil. 1. ed. São Paulo, Editora Atlas S/A., 1980
- CAMILO, Josemir. José Américo: O medo da fronteira pernambucana. Diário da Borborema - Suplemento Tudo, Campina Grande, 1986
- FAUSTO, Bóris. História Geral da Civilização Brasileira. 2a. ed. São Paulo, Vol, III, Tomo III, Difel/Difusão editorial S.A.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil, 18 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1982.
- LIMA, Heitor Ferreira. História Político-Econômica e Industrial do Brasil. 1a. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional
- LIMA, José Alves de . Aspectos e Retrospectos da Agricultura e da Agroindústria areiense, seus problemas e carências assistenciais. Areia, Gráfica do Artesanato Dom Adauto, 1972

- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita. 2a. ed. Rio de Janeiro. Edições do Graal, 1977.
- _____ . Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- SÁ, Maria Braga de. Os Engenhos Rapadureiros e a Expansão da Agroindústria Açucareira no Município de Areia, Microrregião do Brejo Paraibano, Recife, 1980.
- SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. 5a. ed. São Paulo, Editora Alfa Omega, 1981.
- VIANNA, Marly de Almeida. O Processo de Distribuição de terras em Campina Grande, 1850 - 1905. Dissertação de Mestrado. Mimeografado. Campina Grande, 1985.